

Valdei Lopes de Araújo

Professor de História da Historiografia e Membro do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) na Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista do Programa Pesquisador Mineiro, da Fapemig.

Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino



Neste artigo é apresentado um panorama dos significados e da variedade da escrita da história no Brasil nas primeiras décadas do século XIX. Demonstra-se que a chegada da família real em 1808 serviu como estímulo para o desenvolvimento de novas formas de compreender a história local, em especial pela produção de narrativas ilustradas, as quais teriam depois um importante papel no debate instaurado com o processo de Independência.
Palavras-chave: historiografia; narrativas; identidade.

This article examines the meanings and varieties of the writing of history in Brazil during first decades of 19th century. We demonstrate that the arrival of the Portuguese Royal family in 1808 stimulated the development of new enlightened narratives to understand the Brazilian history. These same enlightened narratives will play a central role during the debates concerning Brazilian independence in 1822.
Keywords: historiography; narratives; identity.

1808: DISCURSO HISTÓRICO E ACELERAÇÃO DO TEMPO

As primeiras décadas do século XIX no Brasil foram marcadas por uma notável aceleração do tempo histórico. O mun-

do luso-brasileiro precisou articular as grandes rupturas na experiência da história que os acontecimentos revolucionários deixaram como legado. Já no setecentos, o discurso sobre o passado rompera com suas formas clássicas, sem

com isso abandonar completamente seus protocolos e gêneros de representação. Neste ensaio,¹ pretendemos mapear os significados das formas de representação dos eventos históricos no Brasil das primeiras décadas do oitocentos, discutindo particularmente, ainda que de forma preliminar, dois deles, a história geral e a memória.

A chegada da família real serviu como um poderoso catalisador para as narrativas ilustradas que já frequentavam o discurso letrado luso-brasileiro há algumas décadas.² Por narrativas ilustradas entendemos os relatos que procuravam registrar os progressos de algum campo da atividade humana, sem ainda reuni-los em um conceito singular de progresso geral da sociedade.³ A transferência da Corte foi imediatamente interpretada como a ruptura com um tempo velho e a abertura de uma nova época. Podemos dizer que o ano de 1808 já nasce como um evento de reconhecida importância histórica. A transformação de um acontecimento em fato histórico no interior de uma narrativa serve, entre outras coisas, para administrar seu caráter ameaçador. Ou ele é identificado com um evento do passado a partir do qual seu futuro pode ser antecipado, ou é disposto em uma cadeia de acontecimentos que lhe serve de contexto e permite prever seus desenvolvimentos. Essas duas formas, uma antiga e outra moderna, eram articuladas para explicar o evento 1808, embora seu ineditismo, por muitos atores salientado, exigisse narra-

tivas processuais, já que no passado nada similar poderia ser encontrado ao qual pudesse ser comparado.

Assim, o discurso histórico que simultaneamente acompanha os eventos a partir de 1808 é uma tentativa de determinar o desenvolvimento futuro de um fato que todos sabiam único, e, por isso, não redutível ao passado entendido como exemplo. Para contar essas histórias, o mundo luso-brasileiro tinha já disponível um conjunto de narrativas que enfatizavam a ideia de melhoramentos e progressos: fosse das ciências ou letras, na arquitetura ou nos costumes. Muito mais que uma constatação, as narrativas ilustradas sobre a chegada da Corte procuravam tramar o evento em uma cadeia explicativa. Nesse ponto, os dois lados do Atlântico português começavam a divergir, pois o mesmo evento tinha significados progressivamente conflitantes e invertidos. A desgraça dos portugueses em Portugal foi o início de uma nova era para os portugueses do e no Brasil.⁴

Junto com a Corte aportava a necessidade de abrigar uma nova dimensão de historicidade. A realeza trazia consigo outra dignidade histórica, bem como uma nova perspectiva de unificação da história brasileira. O gênero história já estava sendo amplamente utilizado desde o século XVIII português para legitimar uma nova forma de autoridade real, mais centralizada, racional e universalista. O projeto da Academia das Ciências de Lisboa evidenciava a importância da historio-

grafia no novo cenário político e social. Na América essa tradição tinha o desafio de recolonizar discursivamente um tempo e um espaço geográfico inéditos, ao menos do ponto de vista da centralidade que repentinamente essa região do planeta adquiria. Deslocados da margem ao centro da história, em um momento no qual essas categorias tornavam-se cada vez mais relevantes, escritores como Hipólito José da Costa, José da Silva Lisboa, José Bonifácio de Andrada e Silva, Luís Gonçalves dos Santos, José Pizarro Araújo, Baltazar da Silva Lisboa, dentre outros, registravam animadamente a história contemporânea que o rei com sua presença trazia ao Brasil e enraizavam em solo americano novas variedades de linguagem historiográfica. De que modo faziam isso, e quais seus resultados, é um dos pontos que discutiremos a seguir.

VARIEDADE DA ESCRITA DA HISTÓRIA E O PROJETO DA HISTÓRIA GERAL

A ampliação do espaço público, sua transformação e o novo papel que a imprensa passou a ocupar na luta política são alguns elementos estruturantes que ajudam a entender o alargamento do impresso tanto em sua dimensão de produção, quanto de circulação.⁵ A aceleração dos eventos, as grandes transformações político-sociais e especialmente a emergência de novos sujeitos políticos e sociais exigiam formas mais eficientes de comunicação e legitimação dos governos. Com o texto de história não seria diferente, verificamos

nessa primeira metade do século uma multiplicação de escritores e escritos sobre o passado. A vontade crescente de conhecer a história impressiona, seja para controlar o futuro ou para guardar a fama dos grandes homens e eventos. A ausência de modelos institucionais que pudessem disciplinar essa escrita resultou em uma variedade impressionante de gêneros, projetos e protocolos de pesquisa e exposição. Formas antigas e novas conviviam em um mesmo autor. Essa variedade talvez fosse a característica mais marcante da escrita da história nas primeiras décadas do século XIX no Brasil. Tentemos então lançar um rápido olhar por essa multiplicidade procurando identificar algumas linhas gerais que talvez nos permitam compreendê-la um pouco melhor.

Para o período estudado, o conhecimento histórico poderá se apresentar em memórias, corografias, anais, efemérides, crônicas, biografias, elogios acadêmicos, panegíricos, deduções cronológicas, notícias, resenhas, ensaios, compêndios, resumos de história, discursos históricos, poemas, relatos de viagem, relatórios e relações, artigos jornalísticos e história propriamente dita, além de outras pequenas variações. Era comum que no interior de uma mesma obra vários subgêneros fossem reunidos, de acordo com as possibilidades de pesquisa, funções do relato e talento do autor. Esse traço híbrido, bastante antigo na historiografia portuguesa (já podemos encontrá-lo nas crônicas de Fernão

A

Lopes⁶), permitia que o autor adaptasse a forma da escrita ao conteúdo do que era narrado. No interior de uma história eclesiástica podemos encontrar um panegírico real, uma narrativa ilustrada ou o elogio de um chefe militar. Esse hibridismo era reforçado, algumas vezes, pelos protocolos bastante flexíveis de uso da citação. Era comum que, no meio da narrativa, o autor transcrevesse páginas e páginas de algum documento de época, podendo provocar no leitor certa confusão quanto ao tempo narrado, relativizar a autoria e produzir um efeito testemunhal no relato.

Uma classificação que pode nos ajudar a entender esse universo é a identificação de duas tendências organizadoras do discurso sobre o passado, uma que podemos reunir em torno do projeto de uma *história geral*, e outro em torno da tarefa de uma *história natural*. Não se trata de dois tipos opostos, mas de dois projetos globais distintos de conhecimento que, embora se entrecruzem em alguns momentos, não podem ser completamente reduzidos a uma matriz comum. Até certo ponto podemos dizer que esses dois projetos surgem como alterna-

C

tivas às antigas histórias universais, cuja fundamentação religiosa permitia totalizar a realidade dos acontecimentos, sem se importar com as divisões entre cultura e natureza ou civil e religioso.⁷ Para facilitar a exposição gostaríamos de propor a tabela a seguir (até os anos de 1840).

Não é nossa intenção reduzir aquela complexa realidade a uma tipologia fechada. A classificação proposta serve apenas para nos ajudar a pensar essa variedade. No entanto, acreditamos que boa parte desses escritos sobre o passado pode ser reconhecida em um desses dois projetos, não excluindo a existência de sobreposições e mesclas. O que gostaria de afirmar é que até o começo da década de 1840 a produção de conhecimento no Brasil sobre os eventos pode ser articulada em torno de duas grandes matrizes: o de uma história geral e o de uma história natural. Ao longo do século XIX, essas matrizes sofrerão uma espécie de desagregação, sendo substituídas por *novos programas disciplinares*. Aqui nos interessa descrever mais detalhadamente o programa da história geral, que teve

E

Programas de Investigação até 1840		
	História Natural	História Geral
Subgêneros principais	Corografia, memória científica	Memórias, anais, história particular e especial
Objetos privilegiados	Costumes, mundo natural, tradições	História política e civil
Dimensão de análise	Espaço	Tempo
Formato	Descrição	Narrativa
Protocolos	Científico e enciclopédico	Decoro moral, retórico e literário

consequências mais diretas para a formação de uma historiografia sobre o Brasil, especialmente aquela produzida no período joanino.

O projeto de uma *história geral* assume enfaticamente o legado do modelo de uma escrita da história clássica, ou seja, é nele que deverão ser tratados os grandes eventos da história política. Ele sofrerá adaptações com a emergência de um programa ilustrado de investigação que estará em busca das grandes causas das transformações históricas, o que na época era chamado de uma *história pragmática e filosófica*, mas guardará em seu interior formas mais antigas como as biografias, elogios, histórias especiais e particulares. Ao se referirem a uma história geral, os autores querem dizer basicamente duas coisas: (1) uma história redigida com o decoro clássico, com certa qualidade literária e retórica, capaz de ensinar e orientar; bem como (2) uma história que revele as causas que movem o processo histórico. A dimensão cronológica tende a ser o eixo principal de organização do material, se bem que, nesse momento, haja uma preponderância de formas bastante mecânicas de organização, o que vai ficar documentado na importância das deduções cronológicas, anais e outros subgêneros que tinham como função a organização temporal dos eventos.⁸

No que se refere aos objetos tratados, o projeto da história geral tem a pretensão de esgotar o repertório de temas, mas

com um claro privilégio para os de dimensão política. Nessa rubrica incluímos as descrições de guerras e conflitos, a evolução administrativa e a história da sociedade civil e religiosa, embora essa última, objeto de um subgênero próprio, entre apenas na medida em que estiver articulada com o eixo principal de investigação. A descrição dos costumes encontrará também espaço, assim como os panoramas geográficos, mas bastante marginais no quadro geral dos projetos. Ainda que aqui também caiba a ressalva da história filosófica, que podia tomar como eixo central de investigação as leis ou os costumes, sem, no entanto, assumir o caráter sistemático e exaustivo próprio das corografias ou memórias científicas.

A preponderância da diacronia nessa matriz explica igualmente sua preferência pela narrativa como forma de exposição. Entretanto, a qualidade e a abrangência dessas narrativas serão bastante diversas. O trabalho de estabelecimento de datas não garantia por si só a narrativa, muitas vezes o relato ficava literalmente enclausurado no interior de “quadros”, fossem eles formados, muito frequentemente, pelas sucessivas dinastias, ou por episódios especialmente relevantes, como as histórias de Silva Lisboa dedicadas às campanhas de Lord Wellington ou mesmo aos “Benefícios políticos de d. João VI”. A ausência de informações, os grandes vazios factuais ainda comuns nas cronologias eram, da mesma forma, uma dificuldade real para a narrativa historiográfica no

período. O que podemos observar é uma profunda reformulação das exigências para a escrita da história, que, apesar de não eliminarem as referências clássico-morais e retóricas, não se satisfazem mais com elas, estabelecendo um tipo novo de combinação entre erudição e síntese narrativa-explicativa. Para escrever esse novo tipo de história, era preciso um novo escritor.

Entre o final do século XVIII e início do XIX, a figura do historiador ganhará uma dimensão cada vez mais importante. Ele não poderia ser mais o simples cronista ou o moralista preocupado em edificar com os exemplos, nem o filósofo abstrato. O tipo moderno do historiador surgia lentamente, resultado de uma combinação de elementos antigos e modernos, sem que houvesse um modelo institucional claramente definido para acolhê-lo. No Brasil joanino, o historiador tanto poderia ser o jornalista-filósofo, letrado semi-independente com relação ao Estado, quanto o funcionário público, este já em um perfil distinto daquele do Antigo Regime. Entre esses dois polos, toda uma variedade de situações poderá ser identificada, embora com clara preponderância de homens com maior ou menor vínculo com a gestão do Estado. A história que escreviam estava, em grande medida, comprometida com um projeto de reforma interna do Estado, por isso a crise da Independência será um momento altamente problemático para esses homens e a escrita da história.⁹

ROBERT SOUTHEY E A HISTÓRIA GERAL COMO HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO NO BRASIL

Esse grande projeto de uma história geral encontraria sua realização na publicação, em 1810, do primeiro volume da *História do Brasil* de Southey.¹⁰ A obra de Southey representava o ponto alto de certa linha do programa do reformismo luso-brasileiro em seu diálogo com a ilustração britânica. Sabemos que desde a publicação pelo abade Raynal de sua crítica às relações coloniais que linhas mais conciliadoras de interpretação dessas relações vinham sendo construídas. Autores como o abade De Pradt estavam no centro desses empreendimentos, procurando conceber o inevitável divórcio entre Europa e América como algo potencialmente amigável, domesticado pela metáfora de um crescimento natural.¹¹ Certamente a obra de Southey é a primeira grande realização historiográfica nessa linha interpretativa, mesmo que no autor inglês não haja apenas a ideia de uma naturalização dos portugueses na América, mas o relato da formação da civilização no Brasil. Southey demonstra como a cultura portuguesa foi se enraizando e se adaptando às condições locais, o papel central e positivo dos jesuítas como força civilizatória. Assim, já no segundo volume, publicado em 1817, termina a descrição das invasões holandesas demonstrando como no Brasil um certo padrão civilizacional já estava constituído, pa-

drão esse, naturalmente, derivado da matriz lusitana. No relato de Southey, a língua e a religião (especialmente pela atuação exemplar dos jesuítas) já aparecem como as duas principais forças históricas em ação na colonização brasileira:

Por outro lado a reconquista de Pernambuco deixou Portugal na indisputada posse duma das mais extensas e favorecidas regiões do mundo, de um império que em todas as imagináveis circunstâncias de desgoverno tem continuado a crescer em população e indústria, que progride agora rapidamente, e que, sejam quais forem as revoluções por que esteja destinado a passar, ficará sempre sendo o patrimônio dum povo português, que fale a língua de Fernão Lopes, de Barros, de Camões e de Vieira.¹²

A ideia de uma refundação brasileira da monarquia portuguesa, que circulava nas mentes de britânicos e luso-brasileiros, encontraria em Southey sua grande realização textual. Não devemos pensar em uma transmissão mecânica do modelo de Southey para o mundo luso-brasileiro, mas entender sua realização como possível apenas nessa triangulação cultural: Brasil/Portugal/Grã-Bretanha, que permitirá 1808 e será por esse evento profundamente amplificada.

Concluimos assim que, do ponto de vista da escrita de uma história filosófica do Brasil, 1808 é o evento que articula o legado do reformismo e o projeto, atuali-

zando-o como possibilidade real de entendimento e orientação do processo histórico em curso. Esse projetar pode ser claramente mapeado na historiografia e na cultura histórica a partir daí produzidas. José da Silva Lisboa, José Bonifácio, Hipólito José da Costa, Luís Gonçalves dos Santos, monsenhor Pizarro e Baltazar da Silva Lisboa, além de estrangeiros como Beauchamp, Beaumelle e Ferdinand Denis, seriam alguns dos principais nomes dessa tradição historiográfica em terras brasileiras até os anos de 1830.

AS MEMÓRIAS DO PADRE PERERECA E A CENTRALIDADE DO RIO DE JANEIRO

Entre os principais subgêneros para a escrita da história geral, talvez as memórias, como mostrado na tabela anterior, fosse o mais flexível. Há certamente paralelismos entre as memórias científicas e as memórias históricas, embora dificilmente um leitor da época as confundisse. Como subgênero da história geral, as memórias estavam livres de várias limitações devidas ao decoro, principalmente aquelas ligadas aos assuntos que poderiam ou não entrar em uma história geral. As memórias podiam então compensar sua incompletude e provisoriidade com um imenso e variado repertório de assuntos, o que lhes conferia alguma vantagem do ponto de vista do uso político imediato. Como na época elas eram consideradas as fontes seguras da história, escrevê-las era o primeiro passo para determinar o sentido dos fatos.

Para o período estudado, um dos melhores exemplos do funcionamento das “memórias históricas” é o conhecido livro de Luís Gonçalves dos Santos (também conhecido como padre Perereca), as *Memórias para servir à história do reino do Brasil*, redigidas entre 1820 e 1821, mas publicadas apenas em 1825. Nelas, Gonçalves dos Santos reuniu um conjunto textual heterogêneo com o propósito de defender a permanência de d. João VI no Brasil e, principalmente, interpretar a vinda da Corte portuguesa como um processo de progressiva abolição do que ele chamava “antigo sistema colonial”.

Gonçalves dos Santos era filho de pai português, natural do Porto, e mãe brasileira, nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1767.¹³ Seu pai trabalhava na ourivesaria de prata, no Brasil foi ensaiador de ouro, mas problemas financeiros o obrigaram a abandonar o ofício e a se dedicar à atividade agrícola sem muito sucesso. Toda a sua formação se deu nas precárias condições então disponíveis no Brasil, o que foi suficiente para ordenar-se em 1794, após estudar filosofia, teologia, grego, retórica, e outras disciplinas então oferecidas em aulas régias, com professores particulares ou nos seminários da cidade. Entre 1821 e 1822 teve participação ativa nos debates em torno do processo de independência do Brasil, publicou panfletos e artigos em jornais como o *Revérbero Constitucional*, de Januário da Cunha Barbosa e Gonçalves Ledo.¹⁴ Já quase no final da vida, em 1839, foi no-

meado sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

É no contexto do debate sobre a permanência ou não de d. João VI no Brasil que devemos entender as *Memórias* de Luís Gonçalves dos Santos. O autor afirma na introdução de seu livro que em 1808 tomara a decisão de escrevê-las, mas, como o título do livro revela, somente em 1821 resolveu reuni-las e publicá-las. A justificativa que apresenta para a decisão de levá-las ao prelo é a ausência de relatos sobre o período. Mesmo considerando-se pouco qualificado, resolvera tentar remediar tal lacuna. O livro é apresentado ao leitor como simples memórias, anotações que, afirma, já em 1808, resolvera manter por ter percebido a importância sem igual dos acontecimentos que se abriam com a chegada da família real ao Rio de Janeiro. No entanto, a leitura nos revela uma estruturação mais complexa. É possível perceber diversas camadas textuais que sugerem períodos distintos de composição. Por isso, não podemos considerar as “memórias” como testemunhos diretos do tempo que narra, não obstante o autor procure retirar desse efeito de crônica ares de autoridade.

O mais provável é que, entre 1820 e 1821, com o acirramento do debate em torno da presença da Corte no Brasil, o padre tenha resolvido reunir suas anotações em um longo argumento em defesa do que ele considerava o novo Império luso-brasileiro que nascera com o fim do “antigo sistema colonial”.

Já na introdução, em que descreve a cidade do Rio de Janeiro antes da chegada de d. João, podemos perceber os efeitos dessa decisão de reestruturar suas notas em torno de um novo centro argumentativo. Ainda que consideremos que o autor vinha narrando os principais eventos desde a chegada de d. João, a decisão de compor as “memórias” obedece a outra estrutura argumentativa que não a da simples crônica ou memória. O que percebemos na descrição do Rio de Janeiro é uma tensão entre o que vai efetivamente escrito e

suas funções declaradamente afirmadas nos textos justificativos.

Para o argumento do livro era importante mostrar o contraste entre uma cidade modorrenta, atrasada, e os progressos promovidos com o fim do “antigo sistema”. O que se vê, no entanto, é o retrato de uma cidade em expansão, com diversas obras que são retratadas como a presença da civilização, da polícia e do polimento. O espaço não é representado como colonial, e sim como um centro de civilização. Isso não fica patente apenas



Planta da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro

no conteúdo do que é descrito, mas na própria forma escolhida para descrevê-lo, uma transfiguração neoclássica do tecido urbano da cidade. O espaço é dividido em vários setores e, após uma apresentação panorâmica, o leitor é levado a percorrer cada rua da cidade e apresentado aos monumentos de civilização nelas presentes. Essa descrição geométrica é reforçada pela planta urbana reproduzida no primeiro volume, que serve como uma espécie de panorama, integrando texto e imagem com o objetivo de provocar no leitor essa visão total tão necessária à compreensão da narrativa ilustrada. As *Memórias* estão entre os primeiros livros de história escritos no Brasil que contam com um uso estruturado das imagens, não apenas retratos de príncipes, mas como um complemento essencial ao argumento.

Nesse aspecto, o texto estava atualizado com as tendências dos centros ocidentais que desde o final do século XVIII vinham revolucionando a experiência narrativa com a agregação de imagens, como nos famosos panoramas e dioramas, que além de suas versões edificadas, vinham acompanhados de livros que procuravam reproduzir em menor escala essa experiência de leitura ilustrada e, talvez mais importante, transpor para a narrativa uma forma de olhar a realidade que tinha como seu pressuposto a visão geral, organizada e total dos fenômenos.¹⁵

Considerada isoladamente, a descrição da cidade do Rio de Janeiro antes de

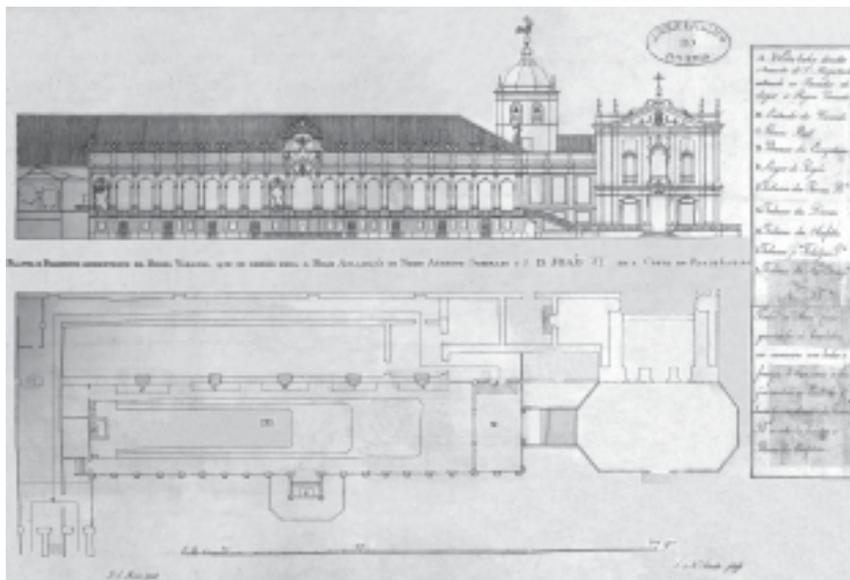
1808 não cumpriria as funções de contraste que são anunciadas, mas o problema é amenizado pelo autor com a introdução de inúmeras notas que atualizam o cenário descrito com as transformações produzidas por d. João VI. O recurso às notas parece evidenciar a decisão de não interferir em um texto previamente escrito e que não tinha as funções que lhe foram posteriormente atribuídas. Após situar geograficamente a cidade, o padre faz um rápido resumo de sua história, desde a fundação por Mem de Sá em luta contra os franceses e a “caterva de huguenotes”,¹⁶ seus escassos e vagarosos progressos, até o final do século XVII, que com a descoberta do ouro nas Minas marca um momento de aceleração em seu desenvolvimento. Com a chegada de aventureiros e comerciantes atraídos pelos metais, “desde logo começou esta cidade a engrandecer-se em povoação e edifícios; como também em comércio e riqueza, donde precedeu merecer dos senhores reis de Portugal uma maior atenção e estima”.¹⁷ Continua a narração pela criação do bispado e elevação da cidade à “capital” do Brasil em 1763. O que o relato mostra é a história da civilização do Rio de Janeiro, em um tipo de narrativa profundamente enraizada no programa ilustrado; e que desloca o foco do problema da civilização, da responsabilização dos portugueses pelo descaso, tão comum na retórica da Independência, para o papel dos próprios colonos na edificação da sociedade.

A vinda da Corte poderia ser entendida como uma continuidade ou coroação desse progresso, e não apenas como uma ruptura. A civilização não vinha ao Brasil apenas como uma doação europeia, mas aqui se desenvolvia a partir de uma dinâmica interna, dinâmica essa que antecipa a possibilidade da vinda da Corte e sua instalação no Rio. Teria sido nos governos dos vice-reis marquês de Lavradio e Luís de Vasconcelos e Sousa que

(...) o Rio de Janeiro fez o maior progresso em edifícios, regularidade das ruas e civilização dos seus moradores, como também na extensão de seu comércio, agricultura e alguns ramos de indústria, e no aumento de sua população.¹⁸

Em seus panfletos de polêmica contra os portugueses em 1821, o padre Perereca procurava refutar os argumentos que ne-

gavam ao Brasil a capacidade de sediar a monarquia pela falta completa de civilização. Ao mostrar na história da cidade do Rio de Janeiro sua antiga civilização, reforçada em 1808, Gonçalves dos Santos, ao mesmo tempo em que elogiava d. João VI, garantia a centralidade da cidade como sede senão da monarquia como um todo, ao menos do Brasil. Na mesma linha seguida por monsenhor Pizarro e Baltazar da Silva Lisboa,¹⁹ a história do Rio de Janeiro era transformada em laboratório para a investigação da civilização no Brasil. O programa parecia bastante com o de Robert Southey, mas aplicado a um conjunto documental muito mais fácil de ser organizado: a história do Rio de Janeiro. O pseudônimo de "O Fluminense", adotado pelo padre Perereca em alguns artigos publicados no *Revérbero*, seria apenas mais um sinal dessa defesa da centralidade do Rio de Janeiro.



Planta da varanda régia erguida para a aclamação de d. João

A

Se nas *Memórias do reinado de d. João VI*, publicadas em 1818, o baiano José da Silva Lisboa escrevia o primeiro grande elogio do monarca, o carioca Luís Gonçalves dos Santos, entusiasta de Cairu, saberia mesclar as glórias da dinastia de Bragança com a própria história da cidade. Seria impossível, nos limites deste ensaio, fazer uma análise exaustiva das *Memórias*, nem esse é nosso objetivo. Queremos apenas dar uma pálida visão da complexidade e importância que a escrita da história assumia naquele contexto. Publicado em uma

C

edição luxuosa pela Imprensa Régia, o livro do padre Perereca trazia, principalmente em seu primeiro volume, um rico material iconográfico de apoio ao texto. Por esse material, eram exibidas ao leitor mais céptico as maravilhas da civilização do Rio de Janeiro. Os movimentos da Corte eram minuciosamente narrados, seja sua chegada, no mapa-roteiro do trajeto da frota na baía de Guanabara, seja na planta da monumental “varanda régia” construída para a aclamação de d. João. O padre procurava demonstrar que o ca-

E

Projeto de monumento comemorativo da chegada da família real portuguesa

minho aberto em 1808 era a única via segura para a civilização do Brasil, evitando as ansiedades revolucionárias. Em sua descrição ele produzia o efeito de multiplicar a presença civilizatória da Corte e do Estado pelo território.

Luís Gonçalves dos Santos foi um dos mais vigorosos defensores da ideia de monumentalizar a civilização do novo império. Lamentou em suas memórias que o monumento comemorativo proposto pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro não tenha sido realizado, e o exhibe em suas páginas como um misto de homenagem e esperança de que um dia fos-

se erguido. Por ocasião do juramento da Constituição portuguesa por d. Pedro I, em janeiro de 1821, cogitou-se a ideia de um monumento no rocío comemorando “nossa regeneração política”. Mais de quarenta anos depois, os desejos do padre talvez tenham se tornado realidade quando, no mesmo local planejado, no antigo rocío, erguia-se em 1862 a estátua equestre de d. Pedro I. Do neoclássico ao romântico, do obelisco à estátua equestre, de d. João a d. Pedro, do Império luso-brasileiro ao Império do Brasil, entre rupturas e continuidades produzidas e sofridas em meio século, uma história nacional ia sendo escrita.

N O T A S

1. Este trabalho contou com o apoio do CNPq, através de financiamento pelo edital de Ciências Humanas nº 502.006.
2. Cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 214-215; e PIMENTA, João Paulo G. e ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *História: 1750-1850. Ler História*, Lisboa, v. 55, p. 83-96, 2008. Embora ainda seja muito reduzida, tem se ampliado a bibliografia sobre a escrita da história no Brasil antes da criação do IHGB, cito apenas alguns exemplos: CEZAR, Temístocles. O poeta e o historiador: Southey e Varnhagen e a experiência historiográfica no Brasil do século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, p. 306-312, 2007; MEDEIROS, Bruno Franco. Das causas da emancipação: Alphonse Beauchamp e a Independência do Brasil. In: MATA, Sérgio da; MOLLO, Helena e VARELLA, Flávia Florentino. *Anais do II Seminário Nacional de História da Historiografia*. Mariana: UFOP, 2008; VARELLA, Flávia Florentino. Repensando a história do Brasil: apontamentos sobre John Armitage e sua obra. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, p. 117-126, nov. 2008; DINIZ, Bruno. Linguagens políticas em José da Silva Lisboa, 1808-1830. In: MATA, Sérgio da; MOLLO, Helena e VARELLA, Flávia, op. cit.; além do trabalho de Cristiane A. C. dos Santos, citado mais adiante neste ensaio.
3. Para a definição de narrativas ilustradas, ver POCOCK, John G. A. *Barbarism and religion: narratives of civil government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 289-290.
4. Para um estudo de caso desse processo de divergência de interesses entre Brasil e Portugal, e seu impacto na experiência da história, ver ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira, 1813-1845*. São Paulo: Hucitec, 2008. Primeira parte, onde acompanho a trajetória de José Bonifácio de Andrada e Silva.
5. Sobre esta questão, ver MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820-1840*. São Paulo: Hucitec, 2005, passim.

6. Cf. GIANEZ, Bruno e ARAÚJO, Valdeí Lopes de. A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes. *Fênix*, Uberlândia, v. 3, p. 1-20, 2006.
7. Essa dissolução da história universal já pode ser percebida em Bluteau. Cf. PIMENTA, João Paulo G. e ARAÚJO, Valdeí Lopes de, op. cit., p. 83.
8. Como propôs Jack Greene para outro universo, aqui também podemos imaginar certa evolução estrutural desse material, desde descrições meramente espaciais e levantamentos sistemáticos do passado factual até a formação de discursos de fundação identitária. Cf. GREENE, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 4, p. 12-14, nov. 2006.
9. Estudando o caso britânico no final do século XVIII, Pocock diferenciara a escrita da história de homens como Hume, claramente inseridos em uma república das letras ilustrada e com certa autonomia em relação ao Estado, e autores como William Robertson, Adam Ferguson, Adam Smith, dentre outros, que escreviam história a partir de posições no interior do Estado, comprometidos com um programa interno de reformas. Cf. POCOCK, John, op. cit., p. 266-267.
10. O clássico livro de Maria Odila permanece sendo o melhor material que temos disponível em português sobre a concepção historiográfica de Southey. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *O fardo do homem branco*: Southey, historiador do Brasil, um estudo dos valores ideológicos do império do comércio livre. São Paulo: CEN, 1974.
11. Cf. DE PRADT, Dominique Georges Frédéric. *Les trois âges des colonies ou de les états passé, présent et avenir*. Paris: Giguet et Cie., 1801-1802. O autor afirma na introdução que o texto começou a ser redigido em 1800. Uma de suas motivações declaradas é justamente a revisão das críticas do abade Raynal à colonização europeia. O filtro imposto por De Pradt ao texto de Raynal terá profundas repercussões em nosso processo de independência, aparecendo em periódicos como o *Revérbero Constitucional Fluminense*. Cf. SANTOS, Cristiane A. C. dos. A leitura da colonização portuguesa da América no processo de independência do Brasil, 1821-1822. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 8, p. 109-116, nov. 2008.
12. SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981, v. 2, p. 150.
13. Para os dados biográficos seguimos SANTOS, Noronha. Introdução. In: SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981.
14. Cf. FAORO, Raymundo (org.). *O debate político no processo da Independência*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.
15. Muito ainda há que se pesquisar sobre as relações de mútua influência entre uma nova experiência da história e as formas de relacionamento com a imagem. A rapidez com a qual neologismos como "panorama" e "diorama" entraram para o vocabulário histórico-literário é apenas um indício da importância desse fenômeno. Para uma descrição técnica dos procedimentos, ver DAQUERRE, Louis Jacques M. *Historique et description des procédés du daguerréotype et du diorama*. Paris: Alphonse Giroux et Cie. Editeurs, 1839, passim.
16. SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Dividida em três épocas da Felicidade, Honra e Glória; escritas na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1821, e oferecidas a S. Majestade El Rei nosso Senhor o senhor d. João VI. Pelo padre Luís Gonçalves dos Santos. Lisboa: Imprensa Régia, 1825, p. 35.
17. Idem.
18. Idem, *ibidem*, p. 36.
19. Cf. ARAÚJO, José de Sousa Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820; e LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*: contendo a descoberta e conquista deste país, a fundação de cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d'el-rei dom João VI, além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas. Rio de Janeiro: Tip. Imp. e Const. de Seignot-Plancher, 1835.

Recebido em 28/1/2009
Aprovado em 6/4/2009